

*Ata da 37ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 05 de setembro de 2011.*

Presidência do Senhor Deputado Capitão Tadeu *ad hoc*. À hora marcada, através da lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gildásio Penedo Filho, Graça Pimenta, J. Carlos, Joacy Dourado, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Paulo Azi, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araújo, Yulo Oiticica e Zé Neto (39). O Sr. Presidente invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial **em comemoração aos 32 anos da Anistia Política**, proposta pelos Deputados Álvaro Gomes, Yulo Oiticica e Roberto Carlos. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa os (a) Srs (a): Deputado Yulo Oiticica; Deputado Roberto Carlos; Almiro Senna, Secretário Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, representando o Governador Jaques Wagner; Deputado Federal Emiliano José; Sara Mercês, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da OAB, representando o Presidente da OAB, Saul Quadros; Vanda David, representando a Comissão Nacional da Anistia; Pe. José Carlos Santos Silva, representando a Arquidiocese de Salvador; Joviniano Neto, Coordenador do Comitê Baiano pela Verdade e Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais; Pastor Celso Dourado, representando os Evangélicos Progressistas; Zilton Rocha, Conselheiro do TCE; ex-Governador Waldir Pires. O Sr. Presidente anunciou a execução do Hino Nacional, e em seguida anunciou a apresentação do vídeo “30 anos de anistia”, produzido pela Comissão Nacional de Anistiados do Ministério da Justiça, contendo imagens e depoimentos que contaram a história da repressão política, prisões e exílios durante os governos militares, e o filme relembra também a volta dos anistiados de 1979. O Deputado Roberto Carlos mencionou que o PDT, partido ao qual é filiado, se orgulha em ter em seus quadros, homens que lutaram pelas reformas de base, mas que tristemente foram atingidos pela ditadura militar. Relembrou a história de alguns exilados, presos, torturados, mortos e desaparecidos, e homenageou a todos os que lutaram pela redemocratização do Brasil, fazendo menção especial a algumas pessoas. Ressaltou a

atuação do partido em defesa dos interesses e do desenvolvimento da Nação, enfatizou que a luta da anistia ainda não se encerrou, e apoiou a instalação da Comissão Nacional da Verdade, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Elogiou o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Anistia, importante para resgatar essa dívida que o Brasil tem para com seus cidadãos, e encerrou defendendo o sagrado direito de as famílias enterrarem seus mortos. O Deputado Yulo Oiticica rememorou o 01 de abril de 1964, início de um terrorismo de direita. Condenou àqueles que propõem o sigilo eterno, e defendeu a instalação da Comissão da Verdade, projeto que tramita na Câmara dos Deputados, e que vai expor a real história da ditadura militar no Brasil, fazendo a reparação que o país precisa, em consonância com a reparação moral e financeira. Defendeu a continuidade da luta pela anistia, que ainda não foi realizada na sua plenitude, como também defendeu a punição dos torturadores. Comentou sobre um projeto, em tramitação nesta Casa, que institui um prêmio a todos aqueles que se destacam na luta pelos direitos humanos, com o nome de Ana Montenegro, e sugeriu ao Governo do Estado, para editar o livro “O direito à memória e a verdade”, produzido pela Comissão da Anistia, que conta a história de todos que sofreram as agruras da ditadura militar. Finalizou considerando que o Brasil precisa pagar essa dívida. O Deputado Álvaro Gomes enfatizou a importância do evento, visto que a Assembleia precisa se engajar em movimentos dessa natureza. Avaliou que a luta pela anistia é de grande importância, conquistada em 1979 através de muita mobilização, e declarou que não se pode aceitar a impunidade dos torturadores e assassinos ligados à ditadura, lembrando que a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil por não punir os responsáveis pelas mortes de 62 guerrilheiros do Araguaia. Enfatizou a necessidade de instalar a Comissão da Verdade, um passo significativo para a consolidação da democracia no Brasil, e lembrou que fez uma indicação ao Governador Jaques Wagner, propondo a criação de uma Comissão Estadual da Verdade. Por fim, considerou que é preciso construir a verdadeira história, para que haja uma efetiva reconciliação com as instituições e o povo brasileiro, dando continuidade ao processo democrático. A Sra. Vanda David relatou o trabalho da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, criada em 2001, atuando também no sentido de avançar na questão da instalação da Comissão da Verdade, bem como atuar na discussão voltada para educação em direitos humanos. Apresentou dados referentes aos processos que já foram ingressados na Comissão, e enfatizou a importância de se abrir os arquivos da ditadura, como forma de conhecer a real história, e dessa forma reparar todos aqueles que sofreram com as agruras do Estado. Finalizou mencionando que a Comissão da Anistia tem os seguintes projetos, importantes para o fortalecimento da democracia: Marcas da Memória, destinado a fazer reparações coletivas, e Memorial da Anistia, um espaço

construído em Belo Horizonte para abrigar a história da ditadura. O Sr. Presidente anunciou a apresentação do poema “Ode a um país produtor de carnavais” de Aroldo Nunes, um dos exilados, recitado pela Sra. Ametista Nunes, e em seguida a execução da canção “O bêbado e o equilibrista”, de João Bosco e Alcir Blenque, na voz de Elis Regina, lembrando que essa música virou o hino da anistia. O Sr. Joviniano Neto declarou que a celebração da anistia e a defesa da aprovação da Comissão da Verdade, são ações suprapartidárias, e considerou que o PCdoB, o PT e o PDT, são partidos cuja imagem pública está indissolivelmente associada a vítimas da ditadura militar. Elogiou o trabalho de todos aqueles que lutam e atuam no sentido de resgatar a história da ditadura, mencionando o nome de algumas pessoas, e relatou com brevidade o trabalho do Comitê Baiano pela Verdade e do Grupo Tortura Nunca Mais, ressaltando que esse trabalho se destina a tornar pública essa parte da história, não permitir que isso volte a acontecer, e também para lembrar que o Brasil mudou. Defendeu a instalação da Comissão da Verdade, “hoje um meio de dar mais um passo para a democratização, para a construção da identidade nacional baseada na memória e na verdade”, e declarou que neste evento proclamam o compromisso de passar o Brasil a limpo e virar a ditadura pelo avesso, com o apoio da sociedade brasileira. O Conselheiro Zilton Rocha lembrou fatos da época da ditadura, e citou nomes de pessoas que ajudaram a amparar aqueles que foram atingidos pelo golpe militar. Sugeriu que sejam tirados os nomes dos torturadores de logradouros, praças e instituições públicas, através de uma deliberação da sociedade, e considerou que o povo tem responsabilidade para com a história do Brasil, que deve ser contada em toda a sua verdade. Por fim, afirmou que uma Nação se faz através de sua memória e de sua identidade. O Padre José Carlos Silva citou alguns nomes que representam todos que morreram ou desapareceram em decorrência da ditadura militar, e avaliou que todos que sofreram as agruras desse período, representam as vitórias e conquistas para construir um país onde os brasileiros tenham seus direitos garantidos. Defendeu as reformas política, previdenciária, e tributária, como também defendeu a igualdade entre os brasileiros, e narrou um fato ocorrido no último sábado, que confirma o abuso contra os direitos humanos. Declarou seu apoio à criação da Comissão da Verdade, e considerou que todos devem dar as mãos para lutar pela redemocratização completa do país. Afirmou que a Igreja apóia todos que lutam por um Brasil melhor, e encerrou entoando a canção “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré. O Pastor Celso Dourado lembrou alguns fatos e histórias ocorridas durante o período da ditadura, que marcaram lamentavelmente o país. Encerrou considerando que a Comissão da Verdade tem um valor especial, porque não há verdade sem justiça, e ponderou que a sociedade deve lutar para criar uma prática democrática alicerçada na justiça, na verdade e na busca do bom

entendimento. O Deputado Emiliano José recordou alguns fatos e companheiros com quem compartilhou momentos difíceis durante o período da ditadura, e avaliou que este evento leva a revisitar o passado e voltar para o presente, para continuar a luta pelo direito da memória e da verdade. Discorreu com brevidade sobre o período em que sofreu as dificuldades imputadas nessa ocasião, e considerou que a Lei da Anistia de 1979, embora seja considerada um avanço, foi incompleta porque não puniu os que cometeram crimes contra a humanidade. Defendeu a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em tramitação no Congresso Nacional, e deixou claro que essa Comissão não integra qualquer política de revanche ou vingança contra as Forças Armadas brasileiras, avaliando que, ao contrário, deveriam ser as três Armas "as maiores interessadas no resgate da verdade" para que assim fique claro de que já não mais participam de atos daquela natureza. Enfatizou a importância de conscientizar a sociedade em defesa dos direitos humanos, destacando a luta em prol da memória e da verdade e contra qualquer violação de direitos humanos. O ex-Governador Waldir Pires elogiou os deputados pela realização desta Sessão. Discorreu sobre o período da ditadura, repassando fatos, histórias e pessoas envolvidas nesse momento da história, considerando que o golpe militar foi um crime contra o processo civilizatório brasileiro, causando a interrupção da conscientização democrática do povo brasileiro e a construção de uma sociedade decente. Relembrou a trajetória de sua vida nesse mesmo período, inclusive como exilado, e comentou que ele e Darcy Ribeiro, à época membros do Governo Federal, foram os últimos a deixar o Palácio do Planalto, passando a explanar com detalhes como avançou o processo do golpe militar. Ressaltou a necessidade de se construir a democracia brasileira, mantendo a determinação em face da dificuldade do percurso, e afirmou que democracia é vida com dignidade da pessoa humana, combatendo a exclusão social e a discriminação, transformando o Brasil em um país democrático de fato e de direito. O Secretário Almiro Senna ressaltou a importância desse momento para o Governo da Bahia, defendendo a instalação da Comissão da Verdade, essencial para se contar a verdadeira história do golpe militar. Informou que vai encaminhar o relato do Padre José Carlos Silva ao Secretário de Segurança Pública, para que faça a apuração dos fatos, e sugeriu que se implante na Bahia, um centro de referência da memória dos direitos humanos do povo do Brasil, mas sobretudo do povo da Bahia, enfocando no período da ditadura e da escravidão. Considerou que os relatos realizados durante esta Sessão, além de serem aulas de história, demonstraram a grandeza do espírito humano. O Sr. Carlos Sarno, representando os presos políticos, fez um depoimento. O Sr. Presidente informou que os outros depoimentos serão integrados à Sessão, e sugeriu que este evento seja gravado em mídia e fique à disposição dos que tiverem interesse, inclusive instituições. Em nome do Poder Legislativo, agradeceu a

presença de todos, e declarou encerrada a Sessão na qual deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Adolfo Menezes, Augusto Castro, Bira Corôa, Cláudia Oliveira, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Luiz Augusto, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Ronaldo Carletto, Targino Machado, Temóteo Brito, Vando e Zé Raimundo (24).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -